

Plano e Orçamento batem recordes de dotações

Há menos 20 milhões de euros de transferências do Orçamento de Estado

As antepropostas do Plano e Orçamento do Governo dos Açores para o próximo ano batem recordes nas dotações globais em relação aos documentos dos anos anteriores.

Na anteproposta do Orçamento, a que o “Diário dos Açores” teve acesso, a estimativa da despesa total atinge o valor de 1 708,9 milhões de euros, mais 5,7% do que o orçamento revisto em 2021.

As dotações de funcionamento em 2022, representam 53,8% do total (em 2021, 54,7%), com uma dotação de 919,3 milhões de euros, mais 4% relativamente a 2021.

O agrupamento económico com maior peso sobre o total da despesa de funcionamento é o das transferências correntes, com uma dotação global de 721,5 milhões de euros, incluindo as verbas destinadas ao financiamento dos subsectores da saúde e da educação, bem como, do complemento regional de pensão.

O Serviço Regional de Saúde e os estabelecimentos de ensino escolar da Região, serão financiados na sua maioria com verbas de transferências correntes, que ascendem a 684,2 milhões de euros, representando 95% do total das transferências correntes.

Face às dotações previstas para o corrente ano, regista-se um aumento de 20 milhões de euros para o Serviço Regional de Saúde e de 10 milhões de euros para os estabelecimentos de ensino escolar da Região, destinados a garantir os meios financeiros indispensáveis ao regular funcionamento destes importantes sectores sociais da administração regional autónoma.

A dotação de despesas com pessoal, ascende a 131,5 milhões de euros, apenas mais 0,6% face ao orçamento revisto de 2021, em linha com a estimativa de acréscimo prevista para o final do corrente ano, que se prevê situar-se nos 0,7%.

Para os juros e outros encargos, com uma dotação de 39,1 milhões de euros, prevê-se um aumento de apenas 1,5%, sendo que neste montante já está incorporado nova dívida em 2021 e os ganhos obtidos com reestruturação de empréstimos, revelando uma diminuição dos encargos financeiros associados à gestão da dívida pública regional.

Quase 800 milhões de euros no Plano de investimentos

As verbas destinadas à aquisição de bens e serviços correntes e de capital no orçamento de funcionamento, apresentam decréscimos face ao orçamento revisto de 2021, em resultado do esforço imprimido e a prosseguir, no sentido de promover a contenção da despesa pública.

A previsão orçamental para outras

despesas de funcionamento atinge os 13,2 milhões de euros, dos quais, 12,6 milhões de euros, destinam-se ao financiamento da ALRAA para o ano de 2022.

As despesas do plano de investimento ascendem a 789,1 milhões de euros.

Menos 20 milhões de transferências nacionais

No próximo ano os Açores vão ter menos 20 milhões de euros de transferências do Orçamento de Estado.

Com efeito, segundo a anteproposta, nos termos do disposto na LFRA (Lei de Finanças Regionais) serão transferidos 281,2 milhões de euros, dos quais 181,4 milhões de euros em conformidade com o estipulado no seu artigo 48º e 99,8 milhões de euros, no âmbito do Fundo de Coesão para as Regiões Ultraperiféricas, previstos no seu artigo 49º.

Relativamente ao ano anterior, regista-se um decréscimo de 20,6 milhões de euros, motivado pela variação negativa do PIB nacional, entre 2019 e 2020, o qual em termos nominais, registou um decréscimo de 6,7%.

A comparticipação à Região dos montantes pagos aos operadores pela prestação de serviço público no transporte interilhas está estimado em 10,1 milhões de euros.

Está igualmente prevista, a transferência de uma verba de 34,0 milhões de euros destinada aos apoios financeiros em resultado dos danos e prejuízos causados pelo furacão Lorenzo.

Em suma, as transferências financeiras provenientes do OE em 2022, ascenderão ao montante global de 325,3 milhões de euros.

Transferências da UE

Para 2022 estima-se que as transferências da UE atinjam o montante global de 288,2 milhões de euros, correspondentes ao cofinanciamento comunitário de um conjunto de projetos de investimento compreendidos no âmbito do capítulo 50 do ORAA, incluindo verbas provenientes do PRR.

A cobrança desta componente de receita fica sempre condicionada à execução material e financeira dos projetos cofinanciados e/ou ao cumprimento das marcas e metas (PRR), dependendo do recebimento das comparticipações dos fundos europeus do ritmo da referida execução.

Maiores aumentos na Educação e Saúde

Face às dotações previstas para o corrente ano, regista-se um aumento de 20 milhões de euros para o Serviço Regional de Saúde e de 10 milhões

Quadro 6: Estrutura da despesa

Designação	2021		2022		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
1. Despesas correntes	883 520 394	54,7%	919 298 709	53,8%	4,0%
Despesas com pessoal	130 755 174	8,1%	131 545 660	7,7%	0,6%
Transferências	686 526 841	42,5%	721 488 759	42,2%	5,1%
das quais:					
Serviço Regional de Saúde	418 798 560	25,9%	438 798 560	25,7%	4,8%
Aquisição de bens e serviços	14 501 198	0,9%	13 969 540	0,8%	-3,7%
Juros e outros encargos	38 530 078	2,4%	39 100 000	2,3%	1,5%
Outras	13 207 103	0,8%	13 194 750	0,8%	-0,1%
2. Despesas de capital	576 312	0,0%	501 000	0,0%	-13,1%
Aquisição de bens	472 412	0,0%	392 000	0,0%	-17,0%
Outras	103 900	0,0%	109 000	0,0%	4,9%
3. Despesas de funcionamento (1+2)	884 096 706	54,7%	919 799 709	53,8%	4,0%
4. Despesas do plano	732 375 489	45,3%	789 148 948	46,2%	7,8%
5. Total da despesa (3+4)	1 616 472 195	100,0%	1 708 948 657	100,0%	5,7%

Nota: Não inclui passivos financeiros e dotação provisional.

de euros para os estabelecimentos de ensino escolar da Região, destinados a garantir os meios financeiros indispensáveis ao regular funcionamento destes importantes sectores sociais da administração regional autónoma.

A dotação de despesas com pessoal, ascende a 131,5 milhões de euros, apenas mais 0,6% face ao orçamento revisto de 2021, em linha com a estimativa de acréscimo prevista para o final do corrente ano, que se prevê situar-se nos 0,7%.

Saúde, Educação e Transportes com 61% da dotação

No documento, é notório que as áreas da governação com maior afetação de recursos são a saúde e desporto, com 29,6%, seguida da educação, com 16,1% e dos transportes, turismo e energia com 15,9%.

No conjunto dos departamentos, os três departamentos responsáveis pelas áreas acima indicadas, absorvem cerca de 61,6% da dotação prevista.

Fazendo uma análise da dotação da despesa pública, por departamento governamental, o destaque vai para os transportes, turismo e energia, com 33,7%, seguindo-se as obras públicas e comunicações, com 15,1%.

Face a 2021, o plano de investimento tem um aumento de 7,8%, tendo a área das finanças, planeamento e administração pública dado um contributo pelo aumento previsto relativo à competitividade empresarial e as obras públicas e comunicações, em especial pela execução do PRR.

Compra de barcos e aeroporto do Pico

Na anteproposta do Plano estão previstos 6 milhões de euros para “aquisição de navios para transporte

de passageiros e viaturas interilhas”, mas não especifica que navios são e onde ficarão alocados.

Do mesmo modo, no investimento de aeroportos, o do Pico tem uma dotação de mais de 2 milhões de euros, não especificando a que se destinam, se é ou não o começo para a ampliação da pista, há muito reclamada.

Em matéria fiscal, a anteproposta do Orçamento diz que 2022 marcará a concretização da política fiscal expansionista e contracíclica como instrumento fulcral de incentivo ao investimento privado reprodutivo implementada pelo GRA, consubstanciada no seu Programa aprovado pela ALRAA.

“Com efeito, o desagravamento fiscal produzirá pleno efeito no decurso desse ano económico”, lê-se no documento.

No âmbito do SPER, prossegue a estratégia política delineada assente na racionalização deste setor, destacando-se a extinção já operada da SDEA, E.P.E.R. e da SINAGA, S.A., tendo sido já remetida à ALRAA a Proposta de DLR que regula a extinção da Azorina, S.A..

Aumento do capital da SATA

No que concerne ao investimento público direto, o montante proposto ascende a 789,1 milhões de euros, o qual inclui o aumento do capital social da SATA, a ocorrer em 2022, tal como se encontra previsto no plano de reestruturação, em apreciação em Bruxelas, bem como, os encargos decorrentes do furacão Lorenzo e os associados aos estímulos necessários a promover às famílias e à economia regional, no contexto da pandemia de COVID-19.